

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO (ENIMPACTO)

Resumo

O propósito deste estudo é refletir sobre a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) como organizações intermediárias no contexto da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO). Trata-se de um ensaio acadêmico considerando levantamentos bibliográficos e documentais, conceitos e contextualização e discussão do tema. Parte-se da problemática do volume de problemas socioambientais, os quais o setor público e as ações filantrópicas não conseguem resolver, surgindo uma oportunidade para que negócios equilibrem resultados socioambientais positivos com sustentabilidade financeira – os negócios de impacto. Como uma forma de apoiar esses negócios o governo federal instituiu a ENIMPACTO, em que um dos objetivos é o fortalecimento das organizações intermediárias. As IES se configuram como organização intermediária, desenvolvendo (ou podendo desenvolver) ações de ensino, pesquisa e extensão sobre inovação social, empreendedorismo social e negócios de impacto, promovendo educação, capacitação, apoio a empreendedores e comunidade e, assim, se envolvendo com a ENIMPACTO.

Palavras-chave: Organização Intermediária. Negócio de Impacto. ENIMPACTO.

1. INTRODUÇÃO

Os problemas nos contextos econômico, social e ambiental são muitos e complexos. O desenvolvimento do sistema capitalista priorizou o lucro, destinado aos acionistas. Neste sentido:

A forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si (CHAUÍ, 2003, p. 7).

As iniciativas provenientes da filantropia e do governo são insuficientes para endereçar soluções para os problemas socioambientais que atingem a sociedade. Torna-se imprescindível, portanto, envolver o setor privado, com seu capital, tecnologia e práticas inovadoras, direcionando suas ações a fim de criar soluções aos desafios gerados, sem, contudo, deixar de visar o resultado financeiro.

Segundo Cohen (2018, p. 5, tradução nossa) “A escala de nossos problemas mudou, e nossa resposta também deve mudar”. Os negócios de impacto são propostos como um estímulo à iniciativa privada para que, por meio da oferta de produtos e serviços inovadores, somem esforços no combate a esses problemas persistentes por meio da geração de impacto socioambiental aliado ao retorno financeiro.

Para que cumpram sua missão – a de ajudar a solucionar questões sociais e ambientais crônicas e de difícil solução – é importante que os negócios de impacto tomem proporções escaláveis no cenário econômico, isto é, que se disseminem e fortaleçam, alcançando a maior fatia possível dos empreendimentos. Para que tal escala seja possível, Cruz, Quitério e Scretas

(2019, p. 26) argumentam que “[...] é preciso um ecossistema para impulsionar os negócios de impacto”. Um ecossistema pressupõe uma rede de diferentes atores, interdependentes, em que cada componente desempenha um papel necessário ao funcionamento do todo. Os autores explicam que o ecossistema de impacto é composto por sujeitos que representam um dos setores: I – oferta de capital; II – demanda de capital; e III - organizações intermediárias (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019).

As Instituições de Ensino Superior (IES), que fazem parte do conjunto organizações intermediárias, são atores indispensáveis no ambiente de impacto, já que atuam na formação dos futuros profissionais e na produção de conhecimento por meio da pesquisa, e têm, por isso, a possibilidade de instigar e alavancar as mudanças requeridas pelo ecossistema de investimentos e negócios de impacto, por meio da disseminação de informações e criação de novas estratégias que permitam o desenvolvimento do tema de impacto. Para a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto:

A sistematização e disseminação de informações são essenciais para que o ecossistema de Investimentos e Negócios de Impacto fortaleça sua identidade, organize seu repertório e faça repercutir a diversidade de abordagens, oportunidades e desafios do investir com propósito e empreender com impacto (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018, p. 11).

Nesse cenário surge a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – ENIMPACTO como uma ação do governo federal para apoiar e dar suporte aos negócios de impacto. Considerando a ENIMPACTO e o crescimento dos negócios de impacto e sua interação com os demais atores da sociedade, dentre os quais as Instituições de Ensino Superior exercem papel de destaque, pergunta-se: Como as Instituições de Ensino Superior podem atuar no contexto da ENIMPACTO?

Vislumbra-se a oportunidade de atuação dessas instituições no ecossistema de negócios de impacto, por meio de divulgação do tema, fomento, parcerias, entre outras ações. Mediante a esse contexto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) como organização intermediária no contexto da ENIMPACTO.

O trabalho está estruturado, além desta introdução, em mais dois tópicos. Por se tratar de um ensaio teórico o tópico dois apresenta a fundamentação e discussão, está seccionado em tópicos dedicados às abordagens teórico-científicas e descreve, com base nos levantamentos bibliográficos e documentais, conceitos e contextualização e discussão do tema. No tópico 3 apresenta-se a conclusão decorrente de todo o processo de reflexão sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Neste tópico apresentam-se as circunstâncias que levaram à criação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO), suas características e o vínculo com as Instituições de Ensino Superior.

2.1. A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - ENIMPACTO

O Estado ocupa lugar de relevância no contexto dos negócios de impacto, pois atua como comprador, regulador e formulador de políticas públicas, sendo sua atuação essencial ao fomento, crescimento e desenvolvimento deste tipo de empreendimento. Coelho afirma que:

Iniciar o processo de relacionamento entre negócios de impacto e o poder público é, porém, compreender que este último, apesar de ser o mais difícil de se lidar, pode ser o parceiro mais relevante no longo prazo para tratar dos temas relacionados com

escalabilidade, consolidação de resultados de impacto e até mesmo a principal fonte de informações sobre os mercados (COELHO, 2019, p. 154).

A realidade brasileira apresenta grandes necessidades em serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura, entre outros. Ao mesmo tempo, a criatividade, um dos traços marcantes do brasileiro, “[...] é particularmente importante devido à complexidade dos problemas que os empreendedores sociais tentam resolver” (RABBAT, 2019). Essa combinação de fatores faz com que o Brasil seja um campo fértil para o crescimento dos negócios de impacto socioambiental.

Silva, Moura e Junqueira (2015, p. 122) afirmam que “[...] as relações estão caminhando para uma nova configuração, em que os limites de atuação da esfera pública ou privada já não estão bem delimitados”. Sociedade e governo precisam, portanto, estabelecer novos arranjos sociais na busca por soluções para os desequilíbrios socioambientais gerados até então. Para esses autores “Esse campo demanda não só uma ação inovadora, mas também a reconfiguração dos papéis dos diversos atores sociais sejam eles as próprias organizações, o Estado e a iniciativa privada” (SILVA; MOURA; JUNQUEIRA, 2015, p. 122).

Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU no período de 2007 a 2016, declarou: “Governos devem tomar a dianteira no cumprimento de seus compromissos. Ao mesmo tempo, conto com a participação do setor privado para alcançar o sucesso” (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION 2016, p. 13). Espera-se da dinâmica dos negócios de impacto a construção de um tecido entremeado pela presença do público e do privado, visando o desenvolvimento de uma nova configuração para o sistema de economia capitalista, que se coadune com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os autores afirmam que:

Existe um consenso entre os países participantes do *Global Steering Group for Impact Investment*: a participação do governo é essencial para impulsionar e dar suporte à agenda de impacto. Essa relevância se justifica na medida em que as políticas públicas podem criar ou dificultar a infraestrutura necessária para a operação dos atores e dos fluxos do ecossistema (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019, p. 49).

O poder público é responsável pela implementação de diretrizes que conduzam ao desenvolvimento da nação. Portanto, o Estado desempenha papel de relevância e destaque na dinâmica dos negócios de impacto.

Uma estratégia para fortalecer esse setor deve considerar mover, ao mesmo tempo, essas quatro engrenagens: (1) aumentar o número de negócios de impacto qualificados, para atuar em diversos setores e em todas as regiões do país e que estejam prontos para serem investidos; (2) aumentar o capital disponível para os negócios de impacto que mensurem seus resultados, provenientes de diferentes fontes e sensíveis às particularidades de cada etapa do ciclo de vida dos negócios; (3) aumentar o número, a diversidade e a abrangência do atendimento das organizações intermediárias; e, finalmente, (4) ter mais lideranças da sociedade civil, gestores públicos fortalecidos e legislações favoráveis a essa agenda (CRUZ; QUITÉRIO; SECRETAS, 2019, p. 29).

Os autores destacam, ainda, a necessidade da atuação transversal do governo no ecossistema de impacto, mediante uma atuação multissetorial e articuladora, justamente por ter diversas possibilidades de atuação no setor, seja como regulador, como comprador de produtos e serviços produzidos por negócios de impacto, como investidor ou como fomentador desse tipo de empreendimento. Atuar de forma transversal no ecossistema significa, para o governo, não somente assumir o papel de regulador, criando ou reestruturando normativas que favoreçam um ambiente normativo mais profícuo para os empreendedores e investidores de impacto, mas também ampliar sua colaboração quando, por exemplo, prioriza a compra de soluções de

impacto ou atua como “fomentador de agendas relevantes”, “[...] no incentivo e financiamento de práticas como aceleração, mensuração, pesquisa ou consolidação de dados sobre investimentos e negócios de impacto” (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 28).

Para a Pipe.Social (2019, p. 58) “Experiências internacionais priorizam três papéis para o governo: 1. Regulador (de mecanismos financeiros de impacto); 2. Fomentador (de temas, modelos e organizações indutoras); e 3. Comprador (de produtos e serviços originários de negócios de impacto”. Burgos (2019, p. 62), por sua vez, afirma que:

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, entende que o setor público tem um papel catalisador no mercado de negócios de impacto social em termos de criar um ambiente regulador propício, incentivando uma maior transparência e tomando medidas concretas para ajudar a desenvolver o mercado.

A ENIMPACTO foi criada pelo governo federal, por meio do Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017, “[...] com a finalidade de articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto” (BRASIL, 2017, art. 1º), e é o resultado da integração entre poder público, organizações do setor privado e sociedade, promovida pela Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais (hoje Aliança pelo Impacto).

O decreto de criação da ENIMPACTO instituiu também o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, cujas funções são as de “[...] propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto” (BRASIL, 2017, art. 5º). Sua composição abrange representantes do governo federal, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e do setor privado, mediante o caráter multissetorial que se espera da estratégia.

A Pipe.Social (2019, p. 59) descreve a ENIMPACTO como “[...] uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto”. Para Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 49) a ENIMPACTO “[...] exemplifica bem a perspectiva multissetorial e articuladora esperada do governo”.

A estratégia representa uma inovação legislativa no campo dos negócios de impacto, e seu objetivo é “[...] fomentar um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto no Brasil, de forma a promover desenvolvimento econômico, resolução de complexos problemas socioambientais e oferta de melhores serviços públicos para a população” (BRASIL, 2021, p. 3) por meio do envolvimento dos diversos setores sociais.

A Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais, na Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, publicada em 2015, conceitua os negócios de impacto como “[...] empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável” (FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS, 2015a, p. 5). O Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019, que substituiu o decreto original, de 2017, elenca os objetivos da ENIMPACTO:

- I – ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto, por meio da mobilização de recursos públicos e privados destinados ao investimento e ao financiamento de suas atividades;
- II – aumentar a quantidade de negócios de impacto, por meio:
 - a) da disseminação da cultura de avaliação de impacto socioambiental; e
 - b) do apoio ao envolvimento de empreendimentos com as demandas de contratações públicas e com as cadeias de valor de empresas privadas;
- III – fortalecer organizações intermediárias que:
 - a) ofereçam apoio ao desenvolvimento de negócios de impacto e capacitação aos

- empreendedores;
- b) gerem novos conhecimentos sobre negócios de impacto; ou
- c) promovam o envolvimento dos negócios de impacto com os investidores, os doadores e as demais organizações detentoras de capital;
- IV – promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto; e
- V – promover a geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto (BRASIL, 2019, art. 3º).

A ENIMPACTO é abordada pelo Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto por meio de quatro eixos verticais, divididos por grupos de trabalho, quais sejam:

- I – ampliação da oferta de capital para os negócios de impacto;
- II – aumento da quantidade de negócios de impacto;
- III – fortalecimento das organizações intermediárias; e
- IV – promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto (BRASIL, 2019, art. 8º).

Um quinto eixo – Fortalecimento da geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto –, por ser transversal, não é endereçado por um grupo específico, mas permeia todo o trabalho realizado pelo Comitê (BRASIL, 2021).

O direcionamento das compras públicas de negócios de impacto está alinhado a um dos objetivos da ENIMPACTO, que é aumentar o número de empreendimentos. Os governos são responsáveis por alto consumo de bens e serviços e, além de contribuir para o crescimento do setor, direcionar suas aquisições para o mercado de impacto poderá incentivar entidades privadas a também priorizar as aquisições provenientes desse tipo de empreendimento. Corroborando esse entendimento:

Os governos são importantes compradores de produtos e serviços, fazendo isso em uma escala muito grande [...]. A área de compras governamentais é bastante complexa e, geralmente, muito resistente a inovações, porque envolve muitos recursos financeiros e os agentes públicos possuem bastante receio das fiscalizações dos órgãos de controle (BURGOS, 2019, p. 65).

No que concerne às licitações o autor afirma, ainda, que é necessário capacitar os servidores públicos que lidam com as compras públicas, evidenciando ao nível operacional a importância dos negócios de impacto também para as finanças públicas e para a sociedade (BURGOS, 2019). É imprescindível, também, que o setor público valorize a transparência nas transações.

Para Coelho (2019, p. 54), “A construção de marcos regulatórios é debate de longo prazo e pode desestruturar um modelo de negócio de impacto ou todo um ecossistema de impacto se não for mediada dentro desse contexto”. Por isso, o desenvolvimento de um corpo normativo, especialmente no nível federal, que apoie os empreendimentos de impacto são de grande importância para o ecossistema, dentre outras iniciativas que se espera do poder público para o fortalecimento do campo.

Para Cruz, Quitério e Scretas (2019) são muitos os desafios que se interpõem para o estabelecimento de uma cultura governamental que privilegie os negócios de impacto, como por exemplo, a falta de conhecimento sobre o tema e capacitação dos gestores públicos e a rigidez exigida nos processos de contratações públicas. Nesse viés, as universidades podem somar ao processo de construção e desenvolvimento do ambiente de investimentos e negócios de impacto.

2.2. Atuação das Instituições de Ensino Superior como organizações intermediárias no ecossistema de impacto

Dentre as recomendações emitidas pela força tarefa brasileira em 2015, consideradas prioritárias para o desenvolvimento da temática no Brasil, além do engajamento do setor público, fortalecimento de incubadoras e aceleradoras, entre outras, está a “Produção de conhecimento e formação em finanças sociais, empreendedorismo social e negócios de impacto” (FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS, 2015b, p. 29).

As Instituições de Ensino Superior atuam no ecossistema de impacto como organizações intermediárias, cujo papel, conforme o prescrito pelo Decreto 9.977/2019, é facilitar e apoiar “[...] a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores e a demanda de capital por negócios que geram impacto socioambiental” (BRASIL, 2019, art. 2º, III). No âmbito acadêmico essa intervenção pode se dar por diversos caminhos, que envolvem o corpo docente, pesquisadores, alunos e a própria instituição, mediante as políticas que desempenha.

Para os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 31) “No que tange às Instituições de Ensino Superior (IES), espera-se que elas acolham a agenda dos investimentos e negócios de impacto, nas diferentes carreiras, em suas três funções básicas: docência, pesquisa e extensão”. Os autores sugerem a institucionalização do tema pelas escolas, por meio da criação de disciplinas específicas que fortaleçam a interface entre empreendedores e comunidade, já que o empreendedor de impacto necessitará desenvolver novas habilidades e técnicas, inclusive para medir os resultados gerados por sua atividade e entregues à sociedade.

A universidade pública representa uma instituição de atuação ímpar perante a sociedade, o que lhe confere legitimidade e autonomia. “A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p. 5), por isso a acompanha em suas mudanças sociais, econômicas e políticas.

Uma das possibilidades de atuação da universidade no ambiente de impacto é inserir o assunto nos currículos acadêmicos. Para a Pipe.Social (2019, p. 159) “Formação de qualidade é um recurso imprescindível para fortalecer uma cultura empreendedora”. Pelo fato de os negócios de impacto se direcionarem à solução de problemas sistêmicos, é importante estender o aprendizado do tema nas universidades aos alunos de diversas áreas de formação, e não somente às carreiras típicas de escolas de negócios (Administração, Ciências Econômicas, Finanças). É indispensável também possibilitar a capacitação dos professores para que ofertem disciplinas voltadas para o tema do impacto. Os professores, como intermediários, podem oferecer apoio técnico qualificado (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019).

Recomenda-se que as instituições de ensino se aproximem “[...] de uma visão de futuro que combine empreendedorismo, impacto socioambiental positivo e mensurado, ciências e tecnologia” (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 33). Para os autores os egressos das universidades cujas diretrizes favorecem o ambiente de impacto sairiam aptos para atuar buscando tanto os objetivos econômicos como o impacto socioambiental. Nesse sentido, afirmam que “É preciso ampliar o alcance dessa visão de mundo, construir narrativas simples e poderosas que expliquem o campo dos investimentos e negócios de impacto para mais pessoas e as façam mover seus atos de compra e investimentos alinhados a seus propósitos” (CRUZ; QUITÉRIO; SCRETAS, 2019, p. 54). Esse posicionamento é compartilhado pelo Comitê de investimentos e negócios de impacto, para o qual se deve estimular o interesse pela temática e incentivar projetos e ideias inovadoras no ambiente universitário para promover os negócios de impacto (COMITÊ DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2019).

A Artemisia, organização sem fins lucrativos que atua no fomento aos negócios de impacto no Brasil, criou em 2011 o Movimento Choice, um programa que atua junto às

universidades brasileiras com a finalidade de capacitar universitários, recém-formados e professores para atuação no campo dos negócios com propósito. O programa busca atuar em diversas cidades no Brasil, por meio da “[...] sensibilização e formação de jovens universitários e egressos interessados em empreender com impacto” (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018, p. 7).

A atuação das Instituições de Ensino Superior como agentes dinamizadores dos negócios de impacto pode se dar também por meio do fornecimento de informações aos empreendedores e intermediação com os investidores. Isso pode ser operacionalizado por meio de aceleradoras e incubadoras, que são elementos de fomento do setor. Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 40) afirmam que “[...] negócios que passaram por processos de aceleração, em média, geram mais receitas, mais empregos e atraem um pouco mais de investimento”. O 2º Mapa de Impacto publicado pela Pipe.Social corrobora essa percepção: de acordo com o relatório de 2019, “De maneira urgente, os empreendedores pedem capital e apoio para agregar outras visões ao seu negócio, melhorar sua comunicação, parcerias e time” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 46). O 3º Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental, publicado em 2021, demonstrou que, dentre os negócios que participaram do estudo, 44% têm a expectativa de receber apoio financeiro, 24% buscam mentoria, 21% auxílio na comunicação e 19% buscam apoio com parceiras e networking (PIPE.SOCIAL, 2021).

A atuação de aceleradoras e incubadoras no ambiente de impacto pode ser considerada sob as perspectivas quantitativa e qualitativa: é necessário tanto favorecer sua proliferação, como também assegurar que suas atuações sejam de fato efetivas; neste sentido, Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 40) afirmam que: “No Brasil, o desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras de base tecnológica está muito associado a políticas públicas de fomento à inovação e a ambientes acadêmicos”.

As aceleradoras aproximam os investidores e negócios de impacto, atuando como consultoras, realizando treinamentos e possibilitando investimentos. As incubadoras apresentam potencial de multiplicar a cultura e fomentar mais soluções de impacto (PIPE.SOCIAL, 2019). Sheila Oliveira Pires (ex-superintendente executiva da Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), na publicação 2º Mapa de Investimentos e Negócios de Impacto, de 2019, relata que:

As primeiras incubadoras do Brasil começaram a surgir em 1984, espelhadas em modelos internacionais, para estimular a geração de empreendimentos inovadores nas mais diversas localidades. Elas sempre tiveram o propósito de gerar emprego e renda, mas também de agregar questões socioeconômicas, contribuindo com o desenvolvimento das localidades, e sendo socialmente responsáveis. Assim, a adoção da temática ‘impacto social e ambiental’, pelas incubadoras e aceleradoras, é algo que vem ocorrendo de forma natural e cada vez mais intensa. Juntar inovação tecnológica com a geração de impacto é o que estimula e justifica a atuação desses mecanismos nesse campo. É importante que os empreendedores estejam cada vez mais preocupados em transformar o meio em que estão. E isso vem das atitudes, colocando no mercado produtos que irão resolver problemas sociais com alto grau de inovação. Isso é muito importante, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 168).

Além da formação de alunos conscientes sobre a temática do impacto e preparados para atuar no campo, da capacitação dos professores e da atuação por meio de incubadoras e aceleradoras, as Instituições de Ensino Superior podem também atuar como propulsoras de tecnologia e inovação e o crescimento dos registros de patentes de produtos com propósito, que são fatores intrinsecamente relacionados aos negócios de impacto. Nesse sentido, os autores Cruz, Quitério e Scretas (2019, p. 32) afirmam que:

Um desafio que tem ganhado visibilidade nessa agenda é mobilizar pesquisadores e cientistas para que conectem seu conhecimento, pesquisas e descobertas com problemas sociais, trazendo soluções inovadoras do laboratório para o mercado. A complexa gestão de uma organização que gera e dissemina conhecimento técnico-científico e as barreiras para a inovação em institutos de pesquisa no Brasil propõem o surgimento de diferentes formatos de associações entre instituições de pesquisa, empresas, sociedade e outros atores do ecossistema de impacto. O objetivo é transformar o desenvolvimento científico em mais produtos e serviços inovadores, ao mesmo tempo gerando benefícios específicos a cada um dos participantes. Nesse tema é necessário aproximar investidores para que fomentem modelos de negócios criados na universidade.

De acordo com o 2º Mapa de Investimentos e Negócios de Impacto “O uso de tecnologia no negócio tende a atrair mais investimento. Esse recurso traz mais inovação para as soluções e pode tornar o negócio mais escalável” (PIPE.SOCIAL, 2019, p. 111). Sobre as pesquisas acadêmicas e sua importância para a sociedade:

[...] cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a ideia de cidadania (CHAUÍ, 2003, p. 14).

A universidade é um ator estratégico para o fortalecimento da agenda de impacto no Brasil, já que tem a possibilidade de atuar tanto na geração e disseminação de conhecimento como na aplicação de práticas que estimulem o cenário empreendedor. Assim, ressalta-se a importância das Instituições de Ensino Superior na percepção das necessidades locais e implementação de políticas, atividades e currículos que visem ao atendimento dessas demandas. No caso dos investimentos e negócios de impacto, as instituições estão diante da oportunidade de disseminar os conceitos e implementar estratégias alinhadas às premissas da ENIMPACTO.

3. CONCLUSÃO

São muitos os problemas socioambientais que se avolumam na atualidade, com destaque central para a desigualdade social e os problemas decorrentes, tais como desemprego, educação insuficiente, saúde precária, moradia, falta de saneamento, violência e criminalidade e tantos outros. Isto, sem contar os problemas ambientais, especialmente quanto ao desmatamento, a degradação e a poluição. As ações do setor público, mesmo somadas com os esforços filantrópicos, não conseguem resolver tais problemas socioambientais. Mediante a este contexto e considerando o sistema capitalista, vê-se no setor privado um movimento alinhando o lucro com resultados socioambientais, são os negócios de impacto.

Os negócios de impacto, reforçando, são aqueles que têm propósitos socioambientais e que atuam no mercado com sustentabilidade financeira, assim são as organizações que nascem com uma estrutura de negócio que gera impacto socioambiental positivo. Neste cenário o governo federal, como uma forma de fomentar este movimento, instituiu a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – ENIMPACTO.

A ENIMPACTO tem como objetivos o aumento da quantidade de negócios de impacto,

a ampliação da oferta de capital para esse segmento, o fortalecimento das organizações intermediárias, a promoção de um ambiente institucional e normativo e a geração de dados visando a visibilidade. Neste trabalho destacou-se o papel de um tipo de organização intermediária: as Instituições de Ensino Superior - IES.

Antes de falar especificamente das IES é preciso expor que as organizações intermediárias são aquelas que oferecem apoio ao desenvolvimento dos negócios de impacto, que fornecem capacitações para os empreendedores sociais, que geram conhecimento e/ou que promovem a ligação entre os negócios e os investidores, doadores e outras instituições.

Considerando a importância do papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a realização de mudanças sociais em seu meio, a atividade da academia como organização intermediária para fomento da ENIMPACTO e dinamização do ecossistema de impacto no Brasil é um processo que precisa ser estimulado para que o ambiente de impacto seja expandido e fortalecido. As IES podem se envolver com os negócios de impacto nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, com a oferta de disciplinas que tratem de inovação social, empreendedorismo social e negócios de impacto; com projetos que envolvam conhecimento e capacitação para os empreendedores; com ações desenvolvidas com a comunidade, com os negócios e com os investidores; com o desenvolvimento de pesquisas e com levantamento de dados e informações sobre os negócios de impacto – entre tantas outras atividades que podem desenvolver.

O papel das universidades é especialmente relevante no Brasil quando se considera a necessidade de difundir os investimentos e negócios de impacto geograficamente, possibilitando maior capillaridade da estratégia. Um dos pontos que é necessário destacar é a formação dos futuros profissionais, o fato das IES fornecerem atividades em torno da temática de negócios de impacto promove uma formação mais humana e sensível aos problemas socioambientais, gerando uma consciência e reflexões sobre o seu papel como profissional. As ações podem estar vinculadas com parcerias, como as incubadoras e aceleradoras, além de outras organizações do ecossistema de negócios de impacto. Percebe-se que as IES podem desenvolver uma série de ações em prol dos negócios de impacto e, assim, se inserir na ENIMPACTO, ressaltando a questão das especificidades locais em que estão inseridas.

Este trabalho se configura como um ensaio teórico, portanto restrito ao levantamento bibliográfico realizado, entretanto, espera-se que trabalhos futuros sejam desenvolvidos apresentando as contribuições das IES para os negócios de impacto e para a ENIMPACTO.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. Conquistas e avanços do ecossistema de investimentos e negócios de impacto no Brasil. 2018. 12 p. Disponível em: https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2019/04/Alianca_Relatorio_2018-com-links.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017. Institui e Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e cria o Comitê de Investimentos e Negócios de

Impacto. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9977.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - Enimpacto**: negócios que resolvem problemas socioambientais. 2021. Texto-base da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto). Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto/DocumentoBaseEnimpactoversorevisada17.06.2021.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BURGOS, Fernando. Reflexões sobre o papel dos governos no campo dos negócios de impacto. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 3. p. 57-74.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 24, p.5-15, set./dez. 2003.

COELHO, Marcelo Z. Entendendo o contexto: relação com diferentes stakeholders (governo, grandes corporações e comunidades). In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 7. p. 143-160.

COHEN, Ronald. **On impact**: a guide to the impact revolution, 2018.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto**. 2019.

CRUZ, Célia; QUITÉRIO, Diogo; SECRETAS, Beto. O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 2. p. 25-56.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. 2015a.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Finanças Sociais**: soluções para desafios sociais e ambientais, 2015b. Uma nova mentalidade para gerenciar recursos e necessidades da sociedade.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (Org.). **Negócios inclusivos**: relatório do G20 para a cúpula de 2016.

NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida. **Negócios de impacto social**. São Paulo: Sebrae,

2015. 61 slides, color. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/RodrigoHisgaildeAlme/sebrae-rodrigo-hisgail-negcios-de-impacto-social-ndia-eua-e-brasil2015>. 2015. Acesso em: 21 jan. 2020.

PIPE.SOCIAL. **2º Mapa de negócios de impacto social e ambiental**. 2019.

PIPE.SOCIAL. **3º Mapa de negócios de impacto social e ambiental**. 2021.

RABBAT, Ilaina. A jornada interna dos empreendedores sociais. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (Org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2019. Cap. 4. p. 77-98.

SILVA, Maria de Fátima da; MOURA, Laysce Rocha de; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. As Interfaces entre Empreendedorismo Social, Negócios Sociais e Redes Sociais no Campo Social. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, n. 42, p.121-130, 14 ago. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n42p121>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n42p121>. Acesso em: 04 out. 2019.